



Baía de Todos os Santos sofre com desequilíbrio ambiental



Atividades industriais são principais poluentes da Baía.

Objeto de estudo de inúmeros cientistas e ambientalistas, a Baía de Todos os Santos (BTS) é destaque em reportagem especial nesta edição do Infociência. Em duas pesquisas distintas, os pesquisadores Fernando Genz e Vanessa Hatje, da UFBA, estudaram as causas da contaminação e do desequilíbrio ambiental ao longo dos 110 km de extensão da baía e seus afluentes. O geólogo Genz, em sua dissertação, identificou que

a Barragem Pedro do Cavalo atua de forma desordenada provocando desequilíbrio no nível de salinidade do rio Paraguaçu. Já a oceanóloga Hatje estudou a contaminação da Baía por metais pesados, que traz impacto na fauna e na flora do local. As reportagens abrem novas perspectivas para uma reflexão sobre o descaso do homem com um dos bens naturais mais importantes do Estado da Bahia | Pág. 05



Docentes são vítimas de doenças ocupacionais.

Médico estuda saúde mental de professores

A dissertação "Trabalho e saúde mental em professores", defendida na UFBA, por Eduardo Farias, ouviu docentes de escolas públicas e particulares de Vitória da Conquista na tentativa de achar a causa do estresse e dos quadros depressivos

apresentados por esses. A pesquisa constatou que as exigências e pressões enfrentadas no trabalho são as principais determinantes em caso de distúrbios psíquicos em profissionais da educação infantil e do ensino fundamental | Pág. 03

03

Laboratório baiano certificará cachaça

Pesquisas apontam que 70% dos alambiques da Bahia estão fora dos padrões exigidos e o alto custo ainda é um empecilho para a realização dos testes por parte dos produtores. Para alterar esse quadro o Laboratório de Metrologia Química e Volumétrica do Cetind está em processo de avaliação junto ao Inmetro em busca do reconhecimento para analisar e certificar as cachaças produzidas no Estado, com o acompanhamento do Organismo de Certificação dos Produtos (OCP). O projeto é coordenado pelo químico Alessandro Acácio e a certificação deverá ser confirmada ainda no mês de junho | Pág. 04



Bahia ocupa 2º lugar na produção de aguardente no país.

MEMÓRIA

A psicóloga Ester Gelman estudou, em sua dissertação, a participação de Juliano Moreira na divulgação das teorias de Freud no Brasil. A pesquisa apresenta toda a trajetória do médico, desde o início da carreira até a ascensão no país, sua influência na legislação e seu pioneirismo na luta anti-manicomial.

08

HUMANAS

Estudo realizado com 320 crianças residentes na zona urbana de Salvador pela professora Letícia Marques, em sua dissertação, constatou que a má qualidade do ambiente doméstico e as condições sócio-econômicas de uma família podem influenciar o desenvolvimento cognitivo durante o período da primeira infância.

Biológicas

A bióloga Maria Silvana Maia analisou o andamento do Projeto de Educação Ambiental (PEA), no Alto Pituvaçu. Desenvolvido através do Bahia Azul, o programa visa a implantação de saneamento básico nas comunidades mais carentes de Salvador e mais dez municípios da Bahia, através de sistema de ramais condominiais.

04

Editorial

Em busca de sustentabilidade

Não é de hoje que problemas ambientais e agressões à natureza assolam os seres humanos. O crescimento populacional e a ocupação desordenada de áreas de preservação ambiental, como a Baía de Todos os Santos, têm contribuído para o agravamento da situação, afetando a qualidade de vida, através de danos causados às comunidades que sobrevivem do extrativismo, às comunidades biológicas e à indústria do turismo, que cada dia ganha mais espaço no cenário econômico brasileiro. Diversas regiões, que outrora eram exploradas apenas por culturas extrativistas, estão se degradando com a implantação de pólos industriais e atividades altamente impactantes ao meio ambiente.

A melhor forma de se resolver um problema é, em primeiro lugar, reconhecê-lo. A adoção de medidas de combate à poluição ambiental, que devem ser tomadas em caráter de emergência, não só se faz necessária devido à degradação da natureza, causada pela ação do homem, como também deve estar entrelaçada no combate às mudanças climáticas, que há anos faz parte do discurso apelativo de diversas entidades ambientalistas, e atualmente é explorado de forma massiva pela mídia, mostrando um dos grandes desafios da humanidade: crescer sem destruir. A ameaça do aquecimento global, não somente é reflexo de atividades coletivas

de degradação ambiental. Ela nos remete a pensar numa nova formação da sociedade contemporânea, uma formação individualista e de valores ambientais totalmente contrários a qualquer forma de vida.

Precisamos não somente das políticas públicas, mas também, de políticas sérias de C&T, tão necessárias para o nosso desenvolvimento. Com os avanços no campo científico, já é possível diagnosticar e propor soluções para áreas atingidas por diversas atividades que geram impactos e transformam o modo de vida de algumas regiões, como foi o caso da Maré Vermelha que atingiu a costa do recôncavo baiano no começo deste ano.

Para a ciência, é preciso que tenhamos mais cuidados com nossos recursos. É necessário investimento em pesquisas, que a curto e longo prazo gera resultados satisfatórios, através de maior interesse do setor privado, mais investimentos do governo, destinados ao campo científico brasileiro e adoção de medidas – por esses dois pólos – que englobem o desenvolvimento da iniciação científica (pouco difundida no país).

Há muito tem se cobrado do governo e de empresas privadas a institucionalização de políticas públicas macro abrangentes. Está na hora de se parar com as cobranças e colocar em prática ações que visem o manejo sustentável dessas regiões.

Editorial

A morte da educação

A rede pública de ensino não vai bem. Os professores também não. A desvalorização da profissão, os baixos salários, as condições precárias das instituições, além das constantes ameaças de alunos sem valores morais, têm causado aos professores uma série de distúrbios de origem psíquica como depressão, estresse, e a Síndrome do Esgotamento Profissional.

Em pesquisa realizada pelo médico Eduardo José Borges dos Reis, no ano de 2003, em 1024 escolas de Vitória da Conquista, foi constatado que 55% dos professores das 808 escolas públicas e 216 escolas particulares pesquisadas são portadores de transtornos psíquicos. O número é compatível com o da Unesco, que concluiu que 50% dos professores de todo o Brasil sofrem de problemas psicológicos devido às condições em que exercem a profissão. Como era de se esperar, a maior parte dos “transtornados” está na rede pública.

É realmente difícil se manter saudável quando se tem um salário base que fica abaixo do valor do salário mínimo, e uma carga horária exagerada, como é o caso de grande parte dos professores do estado que, para sobreviver, acabam aderindo a uma quantidade de trabalho sobre-humana. No mês de maio, os professores do estado da Bahia reivindicaram melhores salários e receberam do governo a proposta de um reajuste pífio, de apenas 4,5%, o que faria o salário base se equiparar ao mínimo. Infelizmente, esta realidade não acontece só no estado, mas em todo o Brasil.

Os distúrbios psíquicos que vem afetando a categoria são mais uma prova do descaso do governo com a educação do povo brasileiro e resultado de diversos fatores, dentre eles, a situação da escola pública, que sabemos ser caótica de forma geral: falta infra-estrutura e apoio pedagógico para alunos agressivos, usuários de drogas ou marginalizados, que fazem ameaças aos professores quando bem

entendem.

Hoje em dia, quem tem dinheiro não matricula seus filhos em instituições públicas e não é apenas por conta da defasagem do ensino – fruto da falta de política nacional séria para o setor –, mas de todos os riscos aos que essas crianças e adolescentes estão sujeitos. Dados da Unesco revelam que 35% dos alunos e 29% dos professores de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, já viram armas em mãos de estudantes dentro das áreas das escolas. Agora, imaginem como um professor, convivendo em ambientes como estes, possa se sentir seguro e mobilizado para ensinar tudo que deveria.

Ainda que o presidente Lula tenha afirmado que a educação será prioridade em seu segundo mandato, não é isso que está sendo visto. “Prioridade para educação” se tornou verbosidade de político, porque a realidade é outra, é nua, feia e tem a cara desconfigurada. Cuidar da saúde mental do professor é o mínimo que se pode fazer para corrigir o maior problema da nação: a má-qualidade da educação. Professores com transtornos psíquicos costumam faltar às aulas, rendem menos e, muitas vezes, perdem o controle em sala de aula. Distúrbios como depressão, por exemplo, podem trazer resultados ainda piores: suicídio, perda de interesse, apatia.

Como mudar o país, se as personagens principais para essa mudança estão sendo atingidas gravemente? O descontrole irá persistir enquanto não se preservar o que temos de mais valioso para concretizar as mudanças: aqueles que ensinam, educam, repassam os valores morais e éticos que devem constituir uma nação. Os professores estão sendo vítimas de um sistema corrompido e sentem isso não apenas no bolso, mas, pior, na mente, problema mais difícil de detectar, e devido à situação em que vivem, de curar.

Charge

Santa Caçaça!



Perfil

Marcelo Perco, 26 anos, se destaca pela criatividade. Cursando o 7º semestre de Design de Produto pela Faculdade da Cidade do Salvador, o futuro designer vêm desenvolvendo suas habilidades e criando novos estilos. Prestador de serviços, Marcelo atua como desenhista e projetista gráfico, tendo desenvolvido vários trabalhos para empresas de Salvador. Nas horas vagas, o estudante também gosta de surfar e ler.

EXPEDIENTE

Infociência

Centro Universitário da Bahia
Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo

Orientadores

Ana Spannenberg, Carlos Henrique Brito e Paulo Munhoz

Editor Chefe

Ana Spannenberg-MTB: 9453

Editores de Fotografia

Isis Magalhães e Luciana Freire

Editores de Arte

Luciana Freire, Rafael Veloso e Victor Albuquerque

Chefes de Reportagem

Aldemiro Palma Júnior e Rafael Veloso

Conselho Editorial

Nelson Cerqueira, Mônica Celestino, Antônio Brotas, Luis Guilherme Tavares e Agnes Mariano

Equipe Responsável pela distribuição e elaboração do jornal: Aldemiro Palma Júnior, Ana Clara Solla, Antônia Luciana Azevedo, Antonio Marcos Filho, Carla Cristina Silva, Caroline Ferrari, Cecilio Angélico, Cláudia Leite, Chisthiane Santos, Daniela Andrade, Danielle Rodrigues, Diego Porto, Emannelle Carvalho, Henrique Mata, Hieros Vasconcelos, Isis Magalhães, Janaína Barreiros, Josenara Lima, Josué Farias, Katiane Nogueira, Luciana Silva, Luciana Freire, Marcelo Campos, Mariana Sena, Maristela Bailhão, Mary Jane Santana, Milena Ribeiro, Patrícia Sousa, Polyana Bittencourt, Rafael Veloso, Rosário Padilha, Sheiliane Silva, Telma Conceição, Thiago Sales, Victor Albuquerque, Virgínia Mercês, Vivian Lima e Vivian Gomes.

Correspondência e Sugestões para a redação:

Rua Xingu, 179-Jardim Atalaia, Stiep - Salvador/Ba CEP: 41770-130

E-mail: infociencia@fib.br - Tel: (71) 2107-8236 Fax: (71) 2107-8142

Destaque no Nordeste

O curso de jornalismo do Centro Universitário - FIB foi eleito melhor do Nordeste pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes 2006 (Enade). Os alunos da FIB alcançaram conceito Enade 4, em uma escala de 1 a 5, superando a faculdade Casper Líbero, em São Paulo, primeira faculdade de jornalismo do país. Parabéns aos futuros jornalistas da FIB.

Em Alerta

Medidores de pressão arterial nos hospitais baianos permanecem fora do padrão

Em julho de 2006, na 16ª edição do Infociência, foi publicada a notícia de uma pesquisa sobre a criação de um aparelho para testar a eficácia dos Esfigmomanômetros (aparelho medidor de pressão arterial) nos hospitais baianos. A pesquisa constatou que a maioria dos aparelhos testados em hospitais de Salvador estão fora do padrão permitido pelo INMETRO. Em função disso, o professor do Centro Federal de Educação e Tecnologia da Bahia (CEFET-BA), Handerson Leite desenvolveu um aparelho que testa a qualidade e eficiência dos medidores, focando a importância da verificação dos equipamentos e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares em instituições

públicas, federais, estaduais e filantrópicas.

Os resultados da pesquisa demonstram que 77,2% dos aparelhos testados em Salvador possuem uma margem de erro maior que a permitida pelo INMETRO. Os que mais apresentam irregularidade são os digitais, em segundo lugar os de mercúrio e, em terceiro, os analógicos, que indicam com mais precisão a aferição da pressão arterial, acompanhados com um estetoscópio, para dar um resultado mais preciso. Não há uma periodicidade na verificação e calibração desses equipamentos, pois o INMETRO afirma que os aparelhos são testados e regulados na fábrica e, depois disso, tal procedimento passa a ser de

inteira responsabilidade dos médicos.

A grande margem de erro acaba colocando a saúde das pessoas em risco, por não ter uma precisão exata na medição da pressão arterial. Apesar do pesquisador não acompanhar mais esses resultados, ele relata que, passado um ano da publicação, o aparelho ainda está no CEFET. “Por falta de apoio e de verba, esse equipamento ainda não se encontra no mercado”, lamenta o pesquisador. Assim, os esfigmomanômetros dos hospitais baianos continuam dependendo da verificação e calibração feita pelos seus usuários, os médicos.

Virgínia Mercês
jornalismo@fib.br

Carta do leitor

Excelência

Venho através deste e-mail manifestar minha satisfação em ler o jornal Infociência - trabalho que já acompanho faz tempo. A última Edição cobrindo a Semana de C&T, foi sensacional, sem dúvidas foi a melhor das que li. Matérias sólidas, bem estruturadas e completas. É bom poder ver que o Infociência permanece com sua qualidade profissional, linha editorial e excelência. Belíssimas matérias, incríveis fotos, excelente diagramação. Realmente, os alunos estão de parabéns pelo maravilhoso trabalho e os diagramadores e professores também pela qualidade.

Felipe Schindler
Faculdade de Comunicação da Ufba. (Facom)

Congratulação

O presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Maurício Azêdo, enviou correspondência agradecendo o recebimento e felicitando o Centro Universitário da Bahia pela publicação das edições 17 e 18 do Jornal Infociência, em função de sua qualidade.

Estresse psíquico em professores afeta educação

A exigência cada vez mais constante sobre os educadores prejudica sua saúde mental.



Muitas vezes o professor não percebe que está doente.

O desgaste físico e, principalmente, o mental torna o professor cada vez mais frágil e propício a sofrer com problemas psíquicos. Aproximadamente 50% dos educadores brasileiros apresentam problemas como estresse e depressão de acordo com uma pesquisa realizada pela Unesco, em 2003. A falta da valorização do exercício, número excessivo de tarefas, jornada de

trabalho alta, trabalhos extra-classe e salário baixo - o que os faz trabalhar em mais de uma instituição - são apenas algumas das causas que afetam a saúde do corpo docente, às vezes, a ponto do abandono do ofício. Preocupado com a situação dos profissionais da educação no estado da Bahia, o médico Eduardo José Faria Borges dos Reis realizou, em 2004, uma

pesquisa sobre a questão da saúde mental dos professores de Vitória da Conquista (BA).

Defendida no Programa de Pós-Graduação em Medicina da Universidade Federal da Bahia (Ufba), a tese intitulada "Trabalho e saúde mental em professores" teve como principal objetivo investigar a associação entre aspectos psicossociais do trabalho e a prevalência

de distúrbios psíquicos em professores da educação infantil do ensino fundamental. O estudo concluiu que as principais causas desse sofrimento mental estão associadas com as exigências do trabalho. "Esses trabalhadores sofrem muito com a pressão institucional e isso acaba refletindo negativamente em seu trabalho, o que não deveria acontecer", diz o pesquisador.

Para detectar aqueles que são portadores de transtornos mentais Eduardo Reis utilizou o Questionário de Auto-Resposta (Self Reporting Questionnaire - SRQ). Ele foi aplicado em 808 professores das escolas públicas municipais e em 216 das dez maiores particulares de Vitória da Conquista, totalizando 1024 representantes. Para Mirian Leite, professora de História de uma escola de ensino fundamental em Salvador, o reconhecimento desse profissional como transformador social é mínimo. "Hoje vemos que sofremos muito com a desvalorização, principalmente no que diz respeito ao baixo salário que recebemos", comenta. Mirian afirma que nunca saiu de licença, mas que já faltou muitas vezes o trabalho devido ao estresse. "Houve uma época em que eu pensei em abandonar a escola e trabalhar com outra coisa, mas a única coisa que eu sei é dar aula. Acho que o governo deve se preocupar mais com a questão da educação para termos uma qualidade de vida melhor", desabafa.

A diretora educacional da Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB-Sindicato), Olívia Mendes, disse que apesar do Sindicato não ter dados estatísticos desse problema em Salvador, ela estima que os casos também acontecem com frequência na região. "O profissional fica muito frustrado por trabalhar muito e, no final, não ter o retorno merecido", A diretora ressalta que é muito importante que o corpo docente também participe do processo de tomada de decisão. "A falta de

democracia nas escolas colabora muito com o estresse. O grande problema é que, muitas vezes, o professor não percebe que está doente, e chegar até ele para dizer isso não é fácil", afirma.

Nélia Sena, diretora de uma escola municipal, disse que nem sempre o estresse afeta o processo de ensino. Ela relata que uma das suas professoras já teve o problema e o resultado das aulas não mudaram. "Isso não afetou muito o processo de aprendizagem dos alunos. Afetava mais o processo de andamento da escola, porque ela costumava faltar às aulas". Em sua opinião a escola não tem como alterar os fatores causadores do estresse. "Quem tem que resolver isso é o governo, nós não podemos fazer nada", alega. Segundo a diretora, a professora trabalhava no turno da manhã e da tarde.

De acordo com a coordenadora do ambulatório do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador (Cesat), Ely Mascarenhas, na maioria das vezes os professores vão procurar ajuda médica por outros motivos que não o de estresse. "As queixas têm sido outras. Dores nas cordas vocais e musculares são as mais comuns". Segundo ela, o estresse raramente é identificado como primeiro diagnóstico. Lembra, ainda, que além de o distúrbio psíquico estar relacionado ao ambiente de trabalho, os problemas familiares e financeiros normalmente também estão presentes como causas.

Henrique Mata
jornalismo@fib.br

Ambiente doméstico influi na cognição infantil

O convívio familiar e as condições sócio-econômicas são fatores decisivos na constituição da saúde mental das crianças

A falta de um local de moradia de qualidade e a situação financeira da família afetam a capacidade da criança de absorver as coisas durante a fase da primeira infância - de zero a três anos. Esta foi a constatação do estudo desenvolvido por Letícia Marques, no mestrado em psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2004.

A pesquisa "Qualidade no ambiente doméstico, estado nutricional e desenvolvimento cognitivo na primeira infância", buscou analisar o impacto de alguns fatores no desenvolvimento mental. A pesquisadora analisou como as características sócio-econômicas e os fatores de risco enfrentados por famílias pobres influenciam na saúde de crianças entre 18 e 24 meses. Trabalhando com a hipótese de que o status financeiro da família impactava no desenvolvimento mental, a partir de mediadores do ambiente doméstico, como a atenção dedicada pela mãe à criança, o contexto familiar em que ela convive e a disposição de materiais que estimulem a sua capacidade mental, Letícia Marques, realizou um estudo

com cerca de 320 crianças, de zero a três anos, residentes na zona urbana de Salvador.

Entre os resultados, o estudo demonstrou que o nível sócio-econômico é o que mais afeta o desenvolvimento mental da criança. "A mãe que não tem uma boa condição financeira, provavelmente vai ter menos recursos para comprar brinquedos e estimular a criatividade da criança, o que vai prejudicar o desenvolvimento dela em relação a outras crianças", explica a pesquisadora. Para ela, as mães de baixa renda não têm recursos e os materiais educacionais suficientes para fornecer uma estimulação necessária para a criança nessa primeira fase da vida", explica.

Porém, as crianças de origem mais humilde levam vantagem na questão da liberdade. Conforme a pesquisadora, com relação ao nível motor das crianças constatou-se que há um melhor desenvolvimento das capacidades nas crianças de famílias de baixa renda por conta da liberdade que elas têm, das oportunidades de brincar em ruas e desenvolver um maior contato social. Nesse sentido, elas superam às de classe média

e alta que têm maiores privações e não desenvolvem hábitos como o de correr e brincar, comuns à primeira infância.

Segundo Letícia Marques, a desnutrição é um fator mediador na deficiência de desenvolvimento cognitivo. Ela esclarece que a desnutrição por si só não gera tanto impacto no desenvolvimento mental da criança quanto a questão sócio-econômica em que ela vive. "O mais importante é a qualidade do ambiente. A forma com que a mãe interage com o seu filho, os brinquedos que ela tem disponíveis, se frequentam escolas, isso é mais determinante do que o fato dela estar desnutrida", explica.

Para a pediatra Ione Costa, a desnutrição traz, sim, danos graves no desenvolvimento mental da criança. "A falta de proteínas no organismo, sem dúvidas, vai acarretar danos não só no desenvolvimento físico, como também, no desenvolvimento mental da criança" afirma a médica. Tal situação acaba se refletindo na capacidade cognitiva. "Uma criança desnutrida não responde aos estímulos e conseqüentemente não vai



Ambiente saudável contribui para desenvolvimento cognitivo.

desenvolver a sua capacidade mental e motora", enfatiza.

A pesquisadora explica que um déficit em qualquer momento desses três primeiros anos de vida pode gerar danos

eternamente. Uma atenção especial à questão contextual da criança, segundo ela, poderia evitar problemas futuros de saúde mental. "Com uma maior atenção ao contexto em que a criança

vive poderíamos, futuramente, reduzir a delinqüência, evitar problemas de aprendizado e problemas sociais", pontua.

Victor Albuquerque
jornalismo@fib.br

Discurso da vaidade alcança terceira idade

Estudo analisa as formas de representação dos idosos em anúncios de cosméticos



Publicidade de cosméticos dá novo viés a imagem dos idosos.

A velhice não é mais associada à perda de mobilidade e isolamento presentes no universo semântico das campanhas publicitárias de cosméticos do passado. Pesquisa realizada por Annamaria Palácios, vice-diretora da Faculdade de Comunicação da UFBA (FACOM), mostra que o índice de mulheres com idade entre 40 e 60 anos é crescente e que existe uma relação binômica entre a juventude e a velhice nos segmentos publicitários de cosméticos presentes em revistas voltadas para a beleza.

Os estudos foram feitos no acervo das Editoras Abril e Globo e duraram quatro anos. A pesquisa analisou 247 anúncios publicitários de cosméticos das

revistas Cláudia, Marie Claire e Elle, publicados na década de 1990 (janeiro de 1990 a dezembro de 1999). Foram levados em consideração na análise itens como o tempo, a juventude e a saúde do consumidor para a compra dos cosméticos encontrados nas propagandas da Avon, Natura e Nivea. Neste mesmo período a pesquisa revelou uma ambigüidade semântica entre o produto cosmético vendido e o tipo de produto que a propaganda apresentava. Anúncios de calça enxuta, pomadas para dores nas articulações, remédios agressivos para manchas de pele, devido às mudanças de abordagem da indústria de cosmético, foram sendo retirados dos catálogos e

das revistas especializadas.

Todas as propagandas envolvendo a juventude e as pessoas de idade avançada motivaram a pesquisa sobre as formas de como os idosos são representados na mídia. A beleza, segundo Palácios, dificilmente é abordada sem a questão da saúde nos anúncios publicitários. Dentro de cada produto a palavra "recomendação" é imperativa. A idéia de se respeitar os passos de utilização de cada produto é colocada como uma única forma de se atingir o objetivo - a beleza estética. O material analisado foi coletado no acervo da Revista Abril, em setembro de 2001.

No Brasil, segundo a pesquisa, a Natura se tornou pioneira

em adjetivar os idosos como público da "terceira idade". A análise dos discursos da propaganda publicitária para mulheres na terceira idade, levou a pesquisadora a encontrar públicos variados de consumo. Além das mulheres da faixa etária de 40 a 60 anos, as jovens de 18 a 25 anos também foram incluídas nas propagandas de consumo de cosméticos. Ana Maria Bernardes, revendedora de produtos da Natura, acredita que esta mudança se deu pelo apelo feito nos catálogos a "naturalidade" na beleza da mulher.

Patrícia Sousa
jornalismo@fib.br

Laboratório promove qualidade da cachaça na Bahia

70% dos alambiques baianos estão fora dos padrões exigidos pelo Inmetro

A aguardente produzida desde a época da colonização, nos engenhos de cana-de-açúcar, é o foco das pesquisas realizadas no Laboratório de Metrologia Química e Volumétrica do Centro de Tecnologia Industrial Pedro Ribeiro (CETIND), desde junho de 2005. O projeto "Análise da qualidade da cachaça da Bahia para o mercado interno e externo", coordenado por Alessander Acácio, tem o objetivo de acreditar um local que realize ensaios para verificação do produto.

O processo de acreditação, reconhecimento do laboratório, começa com o pedido junto ao Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), órgão responsável pela certificação da cachaça e segue com a coleta de amostras, observando o processo de produção, desde o campo, até o engarrafamento. Os testes são acompanhados e avaliados pelos Organismos de Certificação dos Produtos (OCP), até a realização da auditoria de confirmação do laboratório como acreditado pelo Inmetro.

A demanda do CETIND é de oito a dez amostras analisadas por mês. O custo é de R\$ 600, e, se o produto for aprovado em todos os itens, tem o selo de qualidade em 15 dias, caso contrário, terá um prazo para adequar a cachaça às exigências e depois submeter-se a outras análises. Segundo as pesquisas publicadas em dezembro de 2006, 70% dos alambiques da Bahia estão fora dos padrões exigidos pelo Inmetro.

A necessidade de um certificado de qualidade foi reconhecida pelo Inmetro, em

2005, por meio da Portaria nº 126. "A certificação da cachaça se refere à verificação dos seus componentes, se a presença de substâncias como metanol, carbonato de etila e cobre, está acima do limite permitido", diz Francisco Gonçalves, técnico de certificação do Ibametro.

Segundo a Portaria, os produtores não têm a obrigação de fazer avaliações do produto para comercializá-lo, só no caso de exportação é necessário ter o selo de qualidade. Apesar disso, Acácio afirma que "é importante a certificação porque a contaminação do produto pode matar, devido à grande concentração do metanol e outras substâncias, que são perigosas se não tiver controle".

De acordo com dados do Ibametro apenas 1% do volume produzido no Brasil é exportado, mas a expectativa é de um crescimento considerável de 4% nos próximos dez anos. Por isso é necessário estimular os fabricantes sobre a importância do selo de certificação do produto. "Isso segue exigências do mercado internacional e agrega valor à cachaça, também, no mercado interno", acrescenta Gonçalves.

Certificação na Bahia

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Recôncavo Baiano e a Chapada Diamantina despontam na produção da aguardente, com 400 e 300 mil litros por ano, respectivamente. Até o início de 2007, oito marcas baianas passaram pelo processo de certificação, nenhuma foi



Selo de certificação da cachaça agrega valor e pode aquecer setor produtivo.

certificada ainda, mas quatro devem receber o selo do Inmetro antes do final do ano.

O mercado da Bahia é composto por pequenos produtores, mas a maior parte ainda não tem recursos financeiros para custear as auditorias de certificação. "O produtor precisa gastar entre R\$ 1.000 e 4.000 com a auditoria, dependendo do porte da empresa, localização e do que acontece no decorrer do processo", explica Francisco

Gonçalves.

Fiscalização

O papel do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento é a fiscalização para comercialização. A maioria das marcas de aguardente é informal, mas estima-se que, na Bahia, 70 alambiques são registrados. São observadas na fiscalização as condições higiênico-sanitárias da bebida. "Os problemas comuns dos

alambiques são: infra-estrutura inadequada e ausência de equipamentos mínimos para a atividade", diz Osmar Baptista, inspetor de produtos do Ministério da Agricultura.

Se os produtores estiverem fora das exigências da fiscalização, estão sujeitos à auto de infração, interdição de equipamentos e instalações, apreensão das bebidas irregulares e dependendo da natureza da infração, encaminhamento do processo administrativo ao

Ministério Público Federal.

Diogo Cardoso, vendedor de uma cachaçaria de Salvador, diz que "a inquietação do comerciante da aguardente é com o selo do Ministério". O consumidor também não exige o selo, pois segundo Luís Aragão Júnior, frequentador de botecos em Salvador, "a preocupação é com o sabor, não com a qualidade, o importante é que seja forte".

Milena Ribeiro
jornalismo@fib.br

Projeto PEA aumenta índice de saneamento na Bahia

Moradores de comunidades carentes executam a própria manutenção sanitária

Aumentar os índices de saneamento básico na Bahia, que atualmente atinge 70% do estado, é o objetivo do Projeto de Educação Ambiental (PEA), desenvolvido pelo Programa Bahia Azul. Uma pesquisa realizada pela bióloga Maria Silvana Maia, analisou como está sendo conduzido o PEA no Alto Pituáçu, em Salvador, e apontou que 80% dos usuários estão satisfeitos com o projeto, que prevê saneamento básico para as comunidades mais carentes de Salvador e mais dez municípios, mas reclamam da falta de suporte da Instituição.

A dissertação "Educação ambiental em intervenções de saneamento: a experiência do programa Bahia Azul na comunidade da bacia de Alto Pituáçu, Salvador" foi desenvolvida no Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e concluída em 2005. Foram aplicados 60 questionários aos participantes do programa na região dos bairros de Pau da Lima, São Marcos, Jardim Cajazeira e Vila Nova de Pituáçu, e a 12 gestores. Entre os resultados, foi constatado que 71% deles desconhecem a proposição do suporte orientação aos usuários sobre preocupação ambiental enquanto 29% afirmam que as ações de acompanhamento foram propostas para serem realizadas após a capacitação de cada grupo, porém, não tinham conhecimento do seu andamento.

O projeto funciona a partir da implantação de ramais condominiais, sistema que consiste na instalação de saneamento básico através de divisão de quadras, nas quais o próprio indivíduo faz a manutenção de esgotamento da sua casa, todos os moradores utilizam um mesmo tubo de esgoto, por meio de uma caixa de passagem. Para que as pessoas soubessem como fazer a manutenção sanitária, foi criada uma comissão de especialistas, para capacitá-los discutindo-



Embasa mantém cidade em miniatura com sistema operacional de esgotamento sanitário.

os a trabalhar com o lixo, através de oficinas sobre reciclagem de papel e aproveitamento integral dos alimentos. Além disso, a capacitação pretendia alertá-los sobre como evitar maus hábitos que causam o entupimento do esgoto, um exemplo comum seria jogar palito de fósforo no ralo. Eles também aprenderam a utilizar os equipamentos de esgotamento e receberam um kit com balde, mangueira, picareta, pares de luvas e máscara, para evitar contaminação. Segundo Silvana, "além das aulas dos técnicos é necessário sensibilizar a comunidade sobre a relação entre saneamento e educação ambiental".

No sistema condominial as tubulações ficam mais próximas da superfície para facilitar o gerenciamento pela população. Além disso, os poços de visitas (PV), que são os tampões compostos de entroncamentos de canalização, ajudam na distribuição dos

resíduos encaminhados ao esgoto. A capital baiana possui 5.140 condomínios instalados, com uma média de 30 habitantes.

Os moradores reconhecem melhorias na área de saúde e higiene, valorização dos imóveis, diminuição da poluição, eliminação de esgotos a céu aberto e avanço ambiental, porém, quando ocorrem dificuldades com manutenção não encontram apoio do responsável. Segundo Ester Navarro, gerente de Educação Ambiental Comunitária (EAC) da Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. (Embasa), todos os chamados são atendidos num prazo de 24 horas, desde que seja de responsabilidade do órgão. Como nesse sistema é o próprio usuário que executa a desobstrução de resíduos, é cobrada uma taxa diferenciada de apenas 45% na tarifa de água, enquanto nas outras áreas, onde a Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. (Embasa) faz

a manutenção, a taxa é de 80%. A gerente explica ainda que a melhor forma de manutenção é a preventiva: "é preciso fazer a separação do lixo, para que sejam destinados à rede somente resíduos, e utilizar a caixa somente para esgotamento" explica Navarro.

Marizete Soares, síndica do ramal da quadra 26 da região do Alto Pituáçu, diz que, "esse sistema trouxe benefícios para a comunidade em geral, porque antes a rede de esgoto era uma fossa que causava mau cheiro e a incidência de mosquitos era muito grande". Para ela, o que poderia melhorar é a criação de encontros para sanar as dúvidas, pois muitas pessoas já se mudaram e os novos moradores desconhecem o responsável da sua área.

Luciana Freire
jornalismo@fib.br

INFOC

Tecnologia Assistiva

Está previsto para o final de 2007 o lançamento do Centro Referencial de Tecnologias Assistivas e de Acessibilidade (Certa). O projeto tem como objetivo reabilitar pessoas com qualquer deficiência através de equipamentos inovadores e estrategicamente desenvolvidos por pesquisas científicas e capacitar profissionalmente os portadores de deficiência para que possam entrar no mercado de trabalho. O Certa é resultado de um projeto do pesquisador em educação, Teófilo Galvão, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado (Secti). Conforme o diretor de Tecnologias para o Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Secti, Paulo Fontes, a proposta é pioneira na América Latina e terá como prioridade criações tecnologicamente evoluída e com produção ainda inexistente. Três núcleos serão responsáveis pela produção de tecnologias assistivas: Pesquisa e Desenvolvimento, no qual serão criados e adaptados os equipamentos operados pelas pessoas com limitações; Capacitação Profissional, no qual as pessoas serão treinadas para operarem instrumentos diferenciados e serem profissionais produtivos em suas respectivas áreas; e o núcleo de Assessoramento e Consultoria, que dialogará com as prefeituras, instituições educacionais e empresariais sobre suas demandas específicas nesta área, a fim de angariar recursos.

Prevenção à Violência

Com a intenção de estudar e buscar alternativas para a prevenção da violência entre a juventude do bairro da Mata Escura, o pesquisador Gey Espinheira está desenvolvendo, desde fevereiro de 2007, o projeto "Estratégias Inovadoras no Combate ao Crime e Violência". O estudo está sendo financiado pela Fapesb, através de edital temático lançado em parceria com a Secretaria de Segurança Pública.

Segundo o projeto a cultura da violência surge como forma de autodefesa e de reconhecimento para as pessoas que residem em áreas pobres, com pouca atuação do Estado, que passam a ser consideradas de risco e a causa principal desse processo é o tráfico e consumo de drogas.

Na busca da Prevenção à Violência, o projeto prevê que seja ministrado um curso de formação, desenvolvimento de trabalhos comunitários de interesse coletivo e a colaboração na realização de projetos pessoais.

As metas previstas no projeto são a construção de um banco de dados; realização de seminário institucional para divulgação de resultados finais de pesquisa; publicação de relatório científico, o que deverá ocorrer até o dia 20 de dezembro de 2007.

Aquecimento Global

Acontecerá no dia 13 de junho de 2007, quarta-feira, às 19h, no Palácio da Reitoria da UFBA uma palestra sobre "As costas da Bahia: do descobrimento ao aquecimento global". Ministrada por José Maria Landim Dominguez do Instituto de Geociências da UFBA localizada na Rua Augusto Viana, s/n, Canela. A entrada é franca.

Katiane Nogueira
Hilena Vasconcelos
Rafael Velloso
Virginia Mercês

Impactos ambientais alteram fauna, flora e comunidades da BTS

Marcada recentemente por um desastre ambiental, a Baía de Todos os Santos (BTS) vem despertando há tempos o interesse de cientistas e ambientalistas para a preocupante realidade da ação inadequada do homem, que incide sobre a natureza. O fenômeno da mortandade de cerca de 50 toneladas de peixes na costa do Recôncavo Baiano, ocasionado pelas Flores Algas, instigou os grandes veículos de comunicação e tomou conta das suas manchetes. O acidente deixou alguns municípios da região em estado de emergência por consequência da proibição da pesca e outras atividades costeiras,

afetando, pelo menos, 7.000 pescadores que ficaram sem poder trabalhar. Como jornal especializado na cobertura de ciência e tecnologia no Estado da Bahia, o Infociência faz uma abordagem do ocorrido. Nessa cobertura especial, trazemos dois estudos científicos que analisam em diferentes perspectivas a contaminação e o desequilíbrio ambiental das águas na BTS. Sem propor respostas para o fenômeno, pretendemos apenas uma reflexão diferenciada de cunho científico, atentando para as diversas possibilidades de contaminação da baía, e para o impacto de atividades não sustentáveis sobre sua fauna e flora.

Metais pesados contaminam Baía de Todos os Santos

Alto índice se deve a atividades industriais e ao grande número de esgotos não tratados lançados na região



Poluição por esgoto doméstico e lixo é visível na Baía de Aratu

A Baía de Todos os Santos (BTS) é a segunda maior baía navegável do Brasil, com aproximadamente 1100 Km² e interfaciada por 16 municípios. Estudos realizados nos seus três principais afluentes: os rios Subaé, Jaguaripe e Paraguaçu revelam fluxos de contaminação por metais pesados. A pesquisa coordenada pela Oceanóloga e professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Vanessa Hatje, identificou três metais que apresentaram maiores fluxos: o

Manganês, que aparentemente provem de fontes naturais e o zinco e chumbo, provenientes de fontes antropicas (ações do homem).

O objetivo da pesquisa, que foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi identificar a contaminação da BTS, através da coleta de sedimentos, água e organismos que ficam no fundo, e medição das correntes, pois segundo Hatje, há muito tempo não era realizada

avaliação dos fluxos na região. O estudo avaliou a qualidade da água, sedimentos e biota – todos os organismos vivos encontrados na baía –, através da coleta de medidas do rio, como parâmetros físicos e químicos: Oxigênio, PH, turbidez e clorofila.

De acordo com Eduardo Mendes, biólogo e professor da Ufba, os estudos sobre os ecossistemas aquáticos do estado da Bahia ainda estão em fase inicial. Para ele a questão não é a BTS apenas: “precisamos de

um programa de longo prazo que estude de forma integrada esses ecossistemas”, explica. Para Mendes, atividades industriais e humanas, como a pesca predatória, reduzem e fragmentam habitats, junto com a poluição trazida por esgotos domésticos e por comunidades que vivem às margens da baía.

Nos resultados da pesquisa de Hatje, ficou comprovado que concentrações altas de vestígios de metais podem ter efeitos tóxicos em organismos. Esses efeitos,

na maioria das vezes, envolvem alteração de composição de espécie, redução de riquezas e número de indivíduos, resultando na perda da biodiversidade. A pesquisadora explica que a falta de monitoramento da baía pode ter contribuído para a proliferação das algas que ocasionaram o fenômeno maré vermelha.

Para reduzir o impacto ambiental, Mendes sugere uma atuação maior do estado, com compensação fiscal para a transferência de determinadas atividades para locais mais adequados e maior controle e fiscalização dos pólos industriais. Além disso, o biólogo espera a implantação de processos menos poluidores nas fábricas, reciclagem de água e outros materiais em todos os processos, e a adoção de pólos com gerenciamento mais centralizado. Mendes diz, ainda, que a pesca, sendo predatória, pode reduzir a biodiversidade na região. Entretanto, deixa claro que não se pode dizer que exista esse tipo de atividade na baía.

Maré Vermelha

Recentemente, a BTS foi atingida pelo desastre sócio-ambiental, que foi um dos mais graves de sua história, gerando forte abalo na economia das localidades no seu entorno e afetando diversas comunidades ribeirinhas e insulares. Com o fenômeno morreram muitos peixes, os pescadores foram proibidos de pescar e houve um desequilíbrio ambiental, explica Marco Rocha, Biólogo e Assessor Especial da Bahiapescas – Órgão de Fomento à Pesca no Estado da Bahia, responsável pela implantação de projetos produtivos, mapeamento e assistência aos pescadores do estado. A Organização Não Governamental Grupo de Recomposição Ambiental (Gérmén), elaborou

um documento após o desastre no qual foram questionados os dados contidos no laudo técnico divulgado pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA) à imprensa.

Para o Gérmén, o laudo divulgado pelo CRA não é suficiente. De acordo com a ONG, não foram apresentadas quaisquer observações a respeito da cor, extensão, profundidade nem quais observações ou medições geraram tal conclusão. “O que aconteceu é consequência de problemas existentes por falta de monitoramento das águas e fiscalização das atividades ou empreendimentos altamente impactantes”, diz José Augusto Saraiva, Coordenador do órgão. Segundo ele, na região já existem áreas críticas com concentrações altas de produtos químicos, principalmente na baía de Aratu, que fica dentro da BTS. O CRA rebate, afirmando que foram feitos, sim, estudos no local. O Geólogo do Órgão, Wilson Rossi diz que as cobranças da ONG não têm fundamento, pois logo quando apareceram às primeiras manchas nas águas, foram feitas análises aprofundadas com o apoio de diversos especialistas de renomadas instituições brasileiras.

Sobre as Flores Algas, fenômeno mais conhecido como Maré Vermelha, o Biólogo Eduardo Mendes adverte que não poderia ser evitada, pois ainda não se conhece o funcionamento da BTS. Ele deixa claro que a mortandade de peixes se deu pela densidade de células de micro-algas, que os impedia de respirar pelas brânquias e por uma eventual falta de oxigênio na água, consumido pelas bactérias ao decompor a matéria orgânica gerada pelas micro-algas, sem causar danos à saúde humana.

Thiago Sales
jornalismo@fib.br

Barragem Pedra do Cavalo causa alterações no curso do Paraguaçu

Ponto de transição entre água doce e salgada não se apresenta uniformemente

O método de operação da Barragem Pedra do Cavalo (BPC) vem ocasionando desequilíbrio no regime hidrológico da região da Baía de Iguape, a 133 quilômetros de Salvador. Essa conclusão foi apontada pelo geólogo Fernando Genz, o qual identificou que a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), responsável pela operação da barragem até 2005 e o grupo Votorantim, após esse período, atuam de forma desordenada, sem considerar fatores físicos, como extensão do curso, desencadeando assim, um desequilíbrio no nível de salinidade do rio Paraguaçu. A pesquisa resultou em uma tese de doutorado em geologia e foi defendida em 2006 na Universidade Federal da Bahia.

O pesquisador explica que o padrão encontrado em águas doces é entre 0 e 0,5 psu (unidade prática de salinidade), enquanto em ambientes salgados, variam entre 5 a 30 psu. A faixa entre 0,5 a 5 psu corresponde a ambientes oligohalinos, que representam a transição entre a água doce e salgada. “O problema é quando há uma variação excessiva, causando sérios danos à vida dos organismos marinhos”, salienta Genz. De acordo com Jorge Amorim, responsável pela operação da barragem por parte da Embasa, o reservatório foi

criado para regular o fluxo de vazão do rio Paraguaçu, evitando enchentes na região e garantindo o abastecimento necessário de água para a região metropolitana de Salvador.

Inicialmente, o estudo procurou identificar a localização da isoholia, limite máximo de transição das águas, ao longo do curso do rio. Através de análises químicas de amostras, verificou-se que o deslocamento dessa linha estava associado à operação da BPC. “Logo no primeiro ano de operação da barragem, em 1985, a região do baixo curso ficou totalmente doce por meses, e o ponto de transição se encontrava quase dentro da Baía de Iguape”, explica o pesquisador. Isto ocorreu após a abertura desordenada das comportas, com grandes vazões de água, não permitindo a penetração do sal, oriundo da Baía de Todos os Santos (BTS), ao longo do estuário.

Para caracterizar o estuário de forma mais precisa, Genz elaborou modelagens matemáticas, equações que simulam os processos naturais e prevêem suas variações. Ele explica que por conta da falta de uniformidade entre os fenômenos físicos, chuvas e marés, a operação da BPC deveria atentar para isso, com o intuito de reduzir o desequilíbrio

na região.

Situações que só ocorriam em época de cheias, passaram a acontecer com o início da operação da Votorantim na Hidroelétrica Pedra do Cavalo (HPC), que opera com duas turbinas para a geração de energia, com vazão de 78 m³/s cada, em máxima potência. O estudo identificou que o grande problema é quando se utilizam as duas, liberando uma vazão superior a 155 m³/s, fazendo com que a isohalina se desloque para após a Baía de Iguape, não permitindo assim, a penetração do sal.

A HPC integra a rede nacional de geração de energia controlada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que dita como deve ser operada, de acordo com a necessidade energética do país. “Muita gente não sabe, mas, por vezes, a energia gerada em Pedra do Cavalo abastece regiões do sul do País”, informa Elizabeth Sacupira, gestora ambiental da Votorantim. O grupo também está subordinado à Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), que detém o controle sobre o reservatório e possui a preocupação com o abastecimento de água da região metropolitana de Salvador.

O pesquisador aponta estratégias operacionais para solucionar o desequilíbrio salino



na região. “A HPC só poderia operar com duas turbinas em épocas de cheias ou quando a vazão que entra no reservatório for superior a 155m³/s”, conclui Genz. A Votorantim rebate: “Vivemos sempre entre essas tensões, de um lado a SRH determina a vazão que podemos liberar, e de outro o ONS dita a quantidade de energia que temos que produzir”, ressalta Elizabeth.

O controle ambiental da região é de responsabilidade do Centro de Recursos Ambientais (CRA), que monitora semanalmente

toda a BTS, até a saída do rio Paraguaçu, analisando os índices de pH, salinidade, clorofila A, oxigênio e sulfato presentes na água. “Pretendemos começar a monitorar diariamente toda a região em torno da barragem, devido ao último caso registrado de maré vermelha”, afirma Jefferson Viana, assessor técnico do órgão.

De acordo com Genz, as alterações ocorridas no estuário afetam a vida dos organismos marinhos, muitas vezes, expulsando espécies da região. O desequilíbrio afeta

principalmente o município de Maragogipe, considerado, em 1998, o segundo maior produtor de pescado da Bahia. “A pesca representa o principal sustento do município. Hoje temos mais de três mil pescadores filiados”, informa Roquelina Almeida, presidente da colônia de pescadores da localidade. Ela explica que algumas espécies de peixe deixaram de existir por conta do desequilíbrio.

Cecílio Angélico
jornalismo@fib.br

Reforma no Pelourinho aumenta índice de poluição sonora

Estudo revela que atividades realizadas no Centro Histórico estão acima do nível de ruído permitido

Dados da Organização Mundial de Saúde apontam Salvador como a cidade mais barulhenta do Brasil. O intenso crescimento de sua população e um acelerado processo de urbanização vem contribuindo para a degradação do meio ambiente e conseqüente perda da qualidade de vida, atingindo fortemente o ambiente acústico. Analisando essa realidade, a engenheira ambiental Joana Angélica Barros desenvolveu um estudo que aponta a existência de um alto índice de poluição sonora no Centro Histórico, o que se constitui em perturbação do sossego público e danos à saúde das pessoas que residem no local.

O trabalho intitulado "Avaliação de ruído ambiental urbano no Centro Histórico do Pelourinho - Salvador/BA" foi apresentado no curso de Especialização em Auditoria e Perícia Ambiental, da Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro, em 2005. Nele, a autora analisou os níveis de pressão sonora (NPS), decorrentes das atividades noturnas desenvolvidas no Pelourinho, através de estudos teóricos-empíricos, documentos, acervos bibliográficos e pesquisas realizadas no próprio local. No sentido de ouvir a opinião da população envolvida, aplicou-se uma pesquisa interativa a uma amostragem da mesma, através da aplicação de um questionário, indagando quais as principais queixas e possíveis efeitos indesejáveis decorrentes dos sons e ruídos. Como resultado, a avaliação indicou que os ruídos do local ultrapassam os valores máximos permitidos para emissões de sons em locais

públicos.

Revitalização necessária

O caso analisado no estudo envolve um bairro que sofria com abandono e deterioração, porém foi restaurado a partir de um processo de revitalização e tombado como Patrimônio da Humanidade pela Unesco. Vários prédios em ruínas do Centro Histórico passaram a ser recuperados isoladamente nos últimos 30 anos e, a partir de 1991, este trabalho teve impulso, atingindo quarteirões inteiros de antigas residências, conventos e igrejas. É por isso que hoje existem mais de 800 edifícios com fachadas e interiores restaurados, alguns adaptados para novas funções devido à meta de renovar a área com fins econômicos, como ponto de partida para o resgate econômico, social e cultural do local.

Com a reforma do Pelourinho, foi implantado um projeto denominado Dia & Noite, um programa cultural e artístico realizado durante a semana. As atividades são identificadas como grande geradoras de sons/ruídos, explica a pesquisadora. Para ela, a preocupação com a poluição sonora torna-se ainda mais relevante diante do conhecimento da população sobre seus malefícios. "Poucas pessoas estão informadas sobre os danos que o ruído traz a saúde, para a maioria o som está somente relacionado à perda auditiva. Contudo, estudos mostram que impotência sexual e distúrbios na fase de menstruação também são causados pelo alto grau de ruído", destaca.

A emissão de sons e ruí-



Manifestações culturais contribuem para propagação sonora no local.

dos em níveis que causem incômodos às pessoas e animais e que prejudiquem a saúde e as atividades humanas enquadrarse no conceito de poluição sonora no Brasil. O Técnico em Segurança do Trabalho, Francisco Carlos Sampaio, explica que, "de acordo com as leis, o máximo de ruído permitido durante o dia é de 70dB, porém é muito comum, encontrarmos sons acima do permitido, chegando até a alcançar 100dB". Tal

índice é um risco à saúde de trabalhadores e moradores. "É preciso que as autoridades tomem as providências cabíveis sobre esse assunto, pois do jeito que está, no futuro, infelizmente, o quadro de saúde das pessoas que sofreram com o ruído não poderá ser revertido", completa ele.

O ruído pode ser responsável também por diversas doenças, e não só por patologias auditivas. É o que afirma a médica Bianca Barros Marques. "O ruído excessivo

contribui para o desenvolvimento de hipertensão, transtornos digestivos e do sono", explica ela. O principal problema apontado pela especialista, entretanto, diz respeito às condições de trabalho. "A perda auditiva induzida pelo ruído é 100% evitável e, no entanto, só cresce. Nos Estados Unidos, é a doença relacionada ao trabalho mais comum", relata.

Joana Angélica Barros alerta os órgãos públicos, para informar e prevenir à população sobre

os efeitos nocivos da poluição sonora, cumprido os pressupostos legais como representantes políticos da sociedade. "É preciso um trabalho de conscientização, pois as pessoas precisam se manter mais informadas sobre os riscos que o ruído traz à saúde. O importante é prevenir para que no futuro não ocorram casos graves e irreversíveis", conclui.

Aldemiro Palma Júnior
jornalismo@fib.br

Cultura de patente é disseminada na Fiocruz-BA

Projeto capacita membros da instituição a oferecer auxílio na proteção de seus resultados de pesquisa

Os pedidos de patente conferidos a criações estão demorando cerca de cinco a sete anos para serem concedidos no Brasil, muitas vezes devido à falta de divulgação do assunto. Por conta disso, a Fiocruz idealizou o projeto Gestão da Propriedade Intelectual, que dissemina a cultura de propriedade intelectual na comunidade científica da própria instituição, além de capacitar os membros do núcleo em assuntos de patenteamento. O objetivo é que eles possam oferecer auxílio técnico aos pesquisadores no que tange à proteção dos seus resultados de pesquisa.

Conforme a pesquisadora da FioCruz-Ba, Fabíola Nascimento, a falta de divulgação do assunto tem impossibilitado o conhecimento do público à gama de possibilidades que ele pode encontrar. No projeto da instituição, diversos cursos e eventos ligados à propriedade intelectual são oferecidos para sensibilizar e esclarecer

possíveis dúvidas que possam impedir o processo por falta de informação.

A complicação do pedido de patente - que precisa cumprir vários requisitos da lei além de acordos internacionais e exigências processuais - tornou-se empecilho para o desenvolvimento de uma fórmula. A pesquisadora explica que "é preciso acompanhar de perto o pedido depois de depositado. São muitas exigências a cumprir, entre elas a complementação de informações e pagamento de taxas, que caso perdidas, causam o automático arquivamento do pedido e atrasam mais o processo".

Os critérios investigados para o patenteamento variam em três princípios: novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. O analista do pedido vai investigar se há alguma patente de natureza similar no mundo, pois nesse caso não há novidade no pedido. Além disso, outras pessoas podem solicitar a anulação do pedido caso considerem que

tal patente infringe alguma descoberta que, por ventura, tenha sido "roubada" de sua propriedade.

Mas existe o outro lado da moeda: uma patente não é apenas um documento de proteção. Flávio Moura, técnico do INPI na Bahia, considera que a lei de patente também reforça a cultura do monopólio, principalmente em patentes conferidas a remédios. De acordo com ele, o paradoxo do tema no Brasil ocorre porque uma parte da sociedade convive na equação do capitalismo, enquanto outra parte não tem oportunidades de participar da evolução industrial. "Por isso que países socialistas, não permitem a prática da lei de Patente para não gerar a desigualdade social, como ocorre em Cuba, por exemplo", explica.

Já em nações ricas como o Japão, continua o técnico, "a patente se transforma em uma arma no crescimento econômico, porque sinaliza o crescimento de uma sociedade, que não precisa só exportar".

Estatísticas do INPI informam que houve 77 pedidos de patentes em 2006, na Bahia. Moura justifica o baixo número devido à falta de propaganda do tema pela imprensa nacional. "No Japão as escolas tem no currículo a matéria disci-

plinária para ensinar o processo de patente", relata.

Cefet e Senai investem em patentes

O Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet-BA) tem quatro depósitos de pedido de patentes de pesquisadores do Centro ainda em análise no INPI. Para Núbria Moura Ribeiro, coordenadora de Pós Graduação e Pesquisa do CEFET-BA, uma das principais vantagens é que a patente abrange todos os campos tecnológicos, indexados de forma coerente e integral (mais de 69 mil itens) pela Classificação Internacional de Patentes (IPC), o que permite uma recuperação fácil da tecnologia desejada, bem como fornecer uma base para a determinação de dados estatísticos de certos parâmetros tecnológicos. "Neste mundo globalizado é indispensável conhecer o sistema de proteção à propriedade intelectual, e participar deste sistema inteligentemente sem perder de vista o desenvolvimento de toda a sociedade", diz Núbria.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) também investe, há um ano, em pesquisa para a divulgação e incentivo do patenteamento de produtos resultantes da instituição, de acordo com a coordenadora do núcleo de propriedade intelectual, Maria do Carmo Ribeiro.

Daniela Andrade
jornalismo@fib.br

DUAS PERGUNTAS PARA

O sociólogo argentino Daniel Gonzalez, ex-diretor do escritório da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) no Brasil, que incentiva à pesquisa científica no país, esteve em Salvador por três dias para palestrar no III Encontro Nacional de Cultura (Enecult), ocorrido entre 23 e 25 de maio no Teatro Vila Velha. Como pesquisador e ex-diretor da OEI, Gonzalez respondeu ao Duas Perguntas Para:

■ Infociência: Em sua opinião, qual a implicação do desenvolvimento científico e tecnológico no desenvolvimento social de um país e como Brasil se apresenta nessa área?

Gonzalez: A ciência é uma das chaves do progresso de uma sociedade. Temos um grande problema na América Latina é que a falta de relação entre uma pessoa e outra é uma tendência geral. Um dos problemas que temos no desenvolvimento científico e tecnológico é a falta de relações. Relação dos problemas sociais com o problema do desenvolvimento econômico. Temos um bom nível de pesquisa científica e tecnológica, mas com pouca relação com as condições sociais do país. Em relação aos países latino americanos, o Brasil tem um nível de pesquisa de destaque. Em relação à Espanha, entra numa situação equiparada. E também se encontra num lugar de destaque dentro do grupo de países desenvolvidos. A situação é insuficiente, sem dúvidas, para o problema brasileiro, mas muito importante em comparação aos outros países.

■ Infociência: Como o sr. avalia a cultura científica e o interesse dos cidadãos brasileiros pelo desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil?

Gonzalez: Se você olhar os jornais, vamos ver que a mídia dá um destaque importante à ciência. Mas o problema que a mídia escrita só atende a uma parte muito pequena da população. Acho que dentro da sociedade existe pouco interesse pela pesquisa científica, por isso é preciso que os veículos clarifiquem o assunto um pouco mais. É necessário compromisso maior entre o setor científico e o setor popular.

Hieros Vasconcelos
jornalismo@fib.br

Pedidos de patentes no mundo em 2006



Fonte: Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi)

Iniciação Científica estimula pesquisa na graduação

A importância dos avanços da ciência e tecnologia no cotidiano é notória e fomentar o surgimento, cada vez mais cedo, de novos pesquisadores, bem como o desenvolvimento e multiplicação do conhecimento científico no Estado, são os objetivos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) e com recursos da própria Universidade, o PIBIC oferece 570 bolsas de

iniciação científica para alunos de graduação. A iniciativa foi tão bem sucedida que serviu de modelo nacional para o CNPq, desde 1986.

Nesta entrevista concedida ao Infociência, a coordenadora do PIBIC, Cybèle Santiago, doutora em Conservação do Patrimônio Arquitetônico pela Universidade de Évora, em Portugal, pesquisadora nível dois do CNPq e integrante do Núcleo de Conservação e Restauração da UFBA, desde 1986, fala sobre os objetivos de formar estudantes de graduação em pesquisa científica e os desafios do financiamento para C&T no Estado.

Infociência - Como surgiu o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)?

Cybèle Santiago: Na UFBA, na década de 1980, a gente tinha o PEPE (Programa Estudantil de Pesquisa), que começou a se sistematizar com bolsas da própria Universidade, na época que a Federal tinha uma matrícula, apesar de ser uma universidade pública. Tinha-se recursos maiores para pagar tanto bolsas para alunos quanto monitoria, depois isso acabou e, no caso da pesquisa, saiu do PEPE e foi para esse programa institucional maior. Incluiu esse nome PIBIC, que tem no CNPq, surgiu da UFBA. A Instituição criou essa metodologia e o CNPq resolveu adotá-la e difundir para todo o país.

Infociência - Quais os objetivos do PIBIC?

C.S.: Os objetivos são formar alunos com a capacidade de pensamento e desenvolvimento de pesquisa, de modo a você se adequar melhor à sociedade e ajudar a melhorá-la de qualquer

grupo, depois pode ter vários outros professores que estão ocupando o segundo nível da pirâmide. Em seguida, vem os doutorandos, mestrados e alunos de iniciação científica. Às vezes, tem bolsistas do corpo técnico. Em alguns grupos há voluntários incorporados ou alunos de Iniciação Científica Júnior.

Infociência - Como os docentes podem se candidatar para uma vaga de orientador?

C.S.: Existe um edital com as normas do PIBIC sugerindo alguns requisitos mínimos. Em geral, tem de ser doutor. Mas ele pode ser mestre apenas, desde quando tenha uma produção diferenciada. Todo mundo vai ter a produção dos últimos cinco anos avaliada. Tem de ser, de preferência, professor de 40 horas ou dedicação exclusiva. Professor de 20 horas é basicamente para dar aula, não é professor de pesquisa, embora de vez em quando a gente ache alguém interessado. Atendendo aos critérios do



Cybèle Santiago fala sobre inclusão de pesquisa científica na formação de estudantes de graduação.

para comprar coisas para eles mesmos ou gastar em farra.

Infociência - Qual o montante disponibilizado para o programa na UFBA? Há perspectivas de crescimento deste valor?

C.S.: Cerca de R\$ 170 mil. São 370 bolsas do CNPq, 200 da Fapesb e 10 da UFBA. O número de bolsas disponibilizado por cada uma destas instituições permanecerá o mesmo para o período 2007-2008. A princípio, poderia ocorrer um aumento no número de bolsas por parte das instituições de fomento, que definem esses números com base no desempenho das universidades ao longo do ano. A análise foi feita a partir da documentação encaminhada a Fapesb, que continha o número de doutores e de mestres que fazem parte do quadro da Universidade, assim como cópia das fichas dos grupos de pesquisa da UFBA cadastrados no Diretório de Pesquisa do CNPq. Para o CNPq, enviamos um relatório, conforme modelo padrão, indicando a quantidade de bolsas desejada. Como temos 72 voluntários cadastrados no sistema, solicitamos 450 bolsas,

mas ambas as instituições, por falta de recursos, mantiveram a nossa cota. A UFBA é a maior de todas as universidades no Estado e desenvolve pesquisa há mais tempo, por isso ganha mais bolsas. Mesmo assim, ainda faltam bolsas. Se tivéssemos mais, seria melhor. Tem

trabalhando na UFBA, já depois de formada. Infelizmente, nem sempre é muito fácil conseguirmos muitos voluntários interessados. Algumas vezes os alunos se interessam somente se a pesquisa for paga.

Infociência - Há alguma

beneficiada da gente ganhou um prêmio do CNPq, outro bolsista de outro professor do meu departamento, recebeu o prêmio de melhor projeto na área de engenharia neste ano. Depois ele concorreu a uma vaga de mestrado e só tinha uma bolsa em São Carlos. Ele foi o quem ganhou a bolsa. A gente fica sabendo pontualmente. Temos o levantamento de alguns. No último seminário homenageamos professores, quase todos já aposentados, e na hora de escolher quem vai entregar a plaquinha com a homenagem, escolhemos um "filhinho científico" daquele orientador. Além de aumentar o número de grupos de pesquisa, temos aumentado o número de doutores. Já estamos com quase 1000. Os alunos de mestrado e doutorado que tiveram participação na iniciação científica estão com melhor nível. Um aluno que se destaca na sala de aula, se você for ver, tinha bolsa de iniciação científica. A gente começou há dois anos a Iniciação Científica Júnior, com alunos do Ensino Médio de escolas públicas. Os meninos vem para nossa universidade e começam a se desenvolver aqui. Então, a gente tem de incentivar cada vez mais, porque é uma oportunidade para eles. Estamos tentando chamar a atenção, mostrar que eles têm condições de entrar para a universidade.

Infociência - A senhora está a frente do PIBIC há nove meses, já deu para implementar as mudanças que desejava?

C.S.: Eu entrei em primeiro de agosto, que é o primeiro dia de bolsa para os alunos novos, que vão pegar 2006/2007, no caso. Já tinha tido todo o processo de seleção e quase todo o processo de avaliação de relatório. Eu peguei o barco andando. Alguma coisa eu já consegui implantar, mas outras estamos vendo agora e estamos revisando o edital. Agora vai ser a primeira vez que eu vou pegar o processo completo.

participação da iniciativa privada no financiamento do programa?

C.S.: No PIBIC, como instituição, não. No seminário de pesquisa da gente, cansamos de ver pessoas participando com bolsas da Vega, Petrobrás e de várias outras instituições. Eu tenho uma colega de departamento que estava terminando de estudar aderência de uma argamassa à parede e uma firma, que faz argamassa, estava financiando a pesquisa dela. Já conseguimos que uma empresa de argamassas baiana desse dinheiro para financiar uma pesquisa. Há umas argamassas especiais alemãs, para monumentos históricos, que resistem mais a saís. Não existia uma massa brasileira, agora a gente já tem. Qual foi o custo para a empresa? Pagaram só a bolsa de iniciação científica do aluno e também davam os materiais quando precisávamos fazer paredes para testes. Não teve dinheiro para professor, não teve dinheiro para laboratório nenhum. Então, tem muita gente fazendo pesquisa assim.

Infociência - Qual avaliação que pode ser feita sobre o aproveitamento do bolsista do PIBIC na UFBA?

C.S.: Estamos indo bem. Eu digo isso porque tem aumentado a quantidade de grupos de pesquisas. Estamos pensando em fazer um certo rastreamento de bolsistas. Soubemos que uma antiga

“Os alunos de mestrado e doutorado que tiveram participação na iniciação científica estão com melhor nível”

forma. Os que estão na pesquisa vão ter uma chance maior de competirem em alguma seleção de mestrado, doutorado ou para professor. E os que estão na área, que forem para o mercado de trabalho, vão ter uma chance maior também.

Infociência - Quantos grupos de pesquisa estão em funcionamento atualmente?

C.S.: São mais de 400 grupos de pesquisa em andamento. Acabamos de fazer esse levantamento. Os grupos têm que atender alguns critérios para que a universidade os credencie.

Infociência - Como é composto esse grupo de pesquisa?

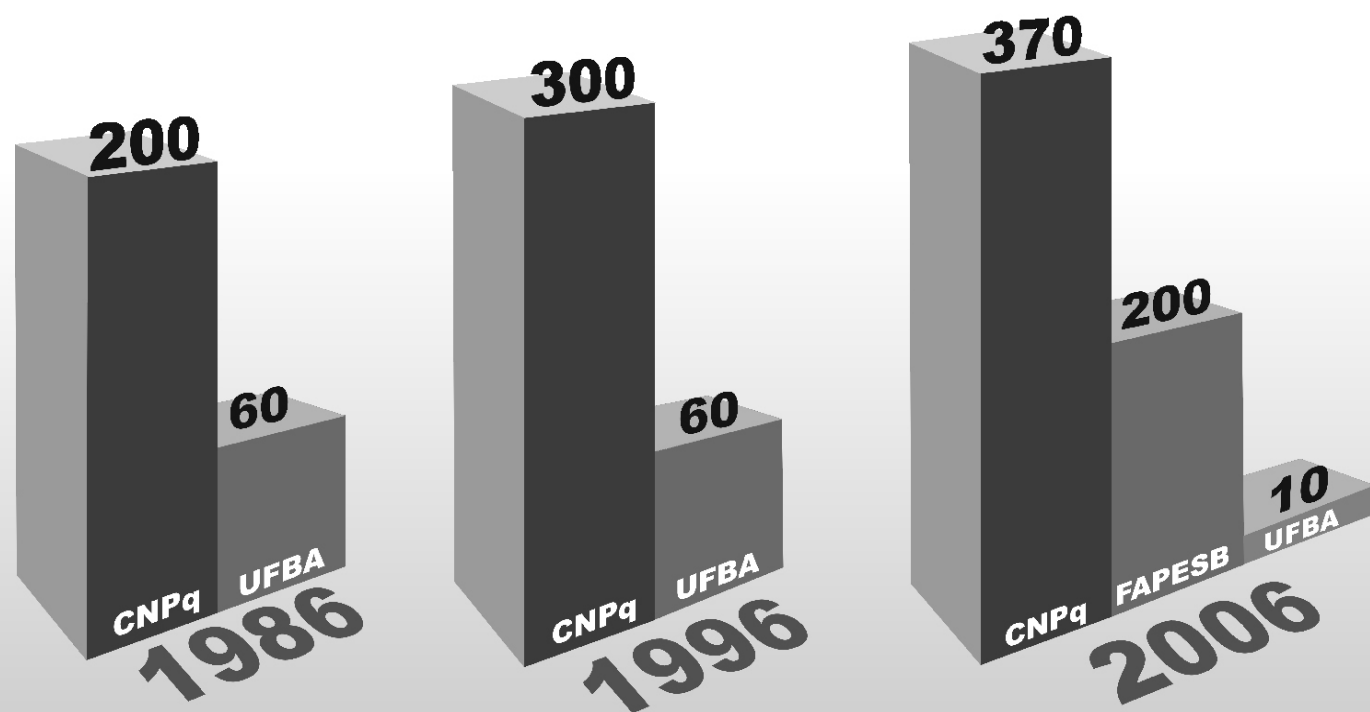
C.S.: Tem determinadas restrições. É recomendável que o pesquisador no máximo se filie a dois grupos de pesquisa, se possível a um, melhor. A arrumação de um grupo de pesquisa é feita como se fosse uma pirâmide. No topo, tem o pesquisador-líder daquele

PIBIC, que são basicamente esses, ele faz o projeto de pesquisa detalhando o objetivo, metodologia, importância, viabilidade do projeto, dizendo quantos bolsistas ele quer para aquele projeto e fazendo um plano de trabalho distinto para cada bolsista.

Infociência - Há entre os alunos o interesse pelo voluntariado na iniciação científica? Quantos são atualmente?

C.S.: Estamos com poucos voluntários. No momento, são 570 bolsas mais 72 voluntários. Eu sempre digo aos alunos que não devem ir para a pesquisa por dinheiro. Primeiro, as instituições que financiam as bolsas dizem que não é salário. A bolsa é para você se deslocar, por exemplo. Você precisa fazer uma coisa em Itapua todo dia, então você vai gastar deste dinheiro para se deslocar. Só que, às vezes, os alunos não querem comprar nada com o dinheiro. Consideram como salário e querem só juntar

Bolsas oferecidas pelo PIBIC/UFBA



FONTE: PIBIC/UFBA

Juliano Moreira humaniza psiquiatria no país

Pesquisa ressalta contribuições do psiquiatra baiano no tratamento de distúrbios mentais

Destaque na psiquiatria brasileira, o baiano Juliano Moreira (JM) ganhou notoriedade ao humanizar o atendimento aos portadores de distúrbios mentais no século XX. A psicóloga Ester Aida Gelman defendeu, em maio de 2006, uma dissertação de mestrado que relata justamente a importância de JM na divulgação e na aplicação da psiquiatria, não só na Bahia, como também no Brasil. Na pesquisa, Éster relata a trajetória do Médico, o trabalho como psiquiatra e a maneira como ele ajudou na formação de uma geração de profissionais.

Filho de Manoel do Carmo Junior e Galdina Joaquim do Amaral, o Professor Juliano Moreira, nasceu no ano de 1872, em Salvador, e veio a falecer no ano de 1932. Começou os estudos no Colégio Pedro II e depois deu continuidade no Liceu de Artes e Ofícios. Em 1886, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, dando início a uma longa trajetória de divulgação das teorias de Freud sobre a psiquiatria e também auxiliando na implantação desta ciência como disciplina.

O tema foi escolhido pela necessidade da pesquisadora em conhecer e aprofundar-se nos estudos e nas práticas usadas para diagnosticar e o tratamento que os pacientes com distúrbios mentais recebiam, entre os séculos XIX e XX. Segundo Éster, nunca foi feito um estudo detalhado sobre o panorama



Reprodução / Danielle Rodrigues

Estudo mostra participação do médico na Psiquiatria.

nacional de recepção dessas informações, e o interesse da psicóloga era justamente verificar a difusão e a produção local nas áreas de Pique nesse período.

No século XX, Moreira tentou desmistificar as concepções de que as doenças mentais eram oriundas da raça, para ele o fator social pesava bastante. A falta de higiene, as condições de vida precárias em que parcela da população vivia e também o fato de grande parte das pessoas não terem acesso

à educação e a melhores oportunidades de vida, poderiam ser causas para esses males, na percepção do médico baiano. "Por ser negro, Juliano, desejava por fim à discriminação associada à sua etnia. Ele acreditava que a própria questão sócio-economia da população poderia ocasionar distúrbios mentais, afastando as idéias e o pré-conceito, existente na época, em relação miscigenação da população brasileira", afirma a pesquisadora.

Ainda segundo Éster, Juliano Moreira conseguiu, com outros pesquisadores, reverter também concepções em relação ao clima do país. "O Brasil é um país tropical e muitos leigos da época atribuíam, como causa das moléstias nervosas, o clima do país", explica. Em 1916 começaram a ser organizadas expedições por Oswaldo Cruz, Candido Rondon e outros estudiosos, que tinham o intuito de percorrer as zonas menos exploradas no Brasil para analisar se as causas das doenças e epidemias eram realmente a etnia e o clima, ou se eram causadas por outros fatores, como a falta de assistência que o governo dava a essas localidades. Através desses estudos detectou-se que as pessoas viviam precariamente, não tinham assistência médica de qualidade e por isso estavam propícias a adquirirem doenças, mais facilmente. Eliminando aos poucos as concepções de clima e raça, e destacando, sim, o fator social em que essa parcela da população estava inserida.

MUDANÇAS

Depois de Moreira inserir novas idéias para o tratamento dos distúrbios mentais, os estudiosos da época se apropriaram da loucura como objeto de interesse científico. Juliano Moreira pediu apoio ao governo, com o intuito de melhorar a situação dos pacientes, e depois de muita

luta conseguiu que fosse promulgada a Lei Federal de Assistência aos Alienados, Decreto Legislativo nº. 1132, de 22 de dezembro de 1903. "Juliano Moreira destacou a lei de 1903 - a primeira lei federal de assistência médico legal aos alienados - como uma das decisões que, desde o ponto de vista da história da Psiquiatria, contribuiu para a conformação e afirmação da disciplina como um novo campo do saber", afirma Éster Aida.

Entre os anos de 1903 a 1930, quando esteve na direção do Hospital Nacional dos Alienados (HNA), no Rio de Janeiro, Juliano Moreira, auxiliou na modificação das práticas de assistência à doença mental. A Psiquiatria implantada no país foi inspirada nas concepções de Kraepelin, autor que abordou a doença mental como parte integrante das ciências médicas. "Juliano Moreira promoveu, a partir das teorias do alemão, a reforma do sistema de assistência ao doente mental, retirando celas, coletores e outros recursos utilizados pelos leigos, na assistência aos alienados", explica a pesquisadora.

Em 1910, no Congresso Latino Americano da Academia Nacional de Medicina, Moreira propôs a modificação na estrutura interna dos hospitais psiquiátricos. Ao contrário de grandes hospitais que trabalhavam com a reclusão dos pacientes, Juliano Moreira

propunha a construção de consultórios e ambulatórios para o tratamento das doenças mentais. "É incontestável a liderança dele na introdução de mudanças e na orientação da Psiquiatria no Brasil, tanto na teoria como nas práticas de assistência aos alienados, bem como na sua participação na formação de quadros profissionais", afirma a pesquisadora.

Para Éster, Juliano Moreira foi um dos primeiros a ler Freud e isso fez com que ele conseguisse trazer ao país, junto com outros psiquiatras da época, grandes avanços para o tratamento das moléstias nervosas. A pesquisadora ressalta ainda que o personagem escolhido para a dissertação, desempenhou papel importante para a divulgação das técnicas realizadas nos países europeus. Isso, devido a Moreira ter domínio da língua alemã e ter se interessado nas teorias de pesquisadores europeus. O Médico também acreditava que os pesquisadores brasileiros só se preocupavam em analisar os avanços científicos depois que estes já eram aprovados em outros países, sempre chegando aqui com um certo atraso. Com tal postura, afirma Éster, Moreira ajudou a diminuir os maus tratos e acabar com as concepções pré-conceituosas à cerca da origem das moléstias nervosas, fundamentando-se também nos estudos de pesquisadores europeus.

Hospital homenageia Psiquiatra

Danielle Rodrigues



Instituição é referência em atendimento no Estado.

O hospital que atualmente chama-se Juliano Moreira foi fundado no dia 24 de junho de 1874 e dispõe de metodologias alternativas como oficinas, trabalhos psicossociais e psicoterápicos, além de emergências e laboratórios, para garantir um melhor atendimento às pessoas que possuem algum tipo de distúrbio mental. O nome foi modificado no dia 27 de agosto de 1936, pela Lei n.º 75, que entrou em vigor justamente com o intuito de homenageá-lo. Ao contrário do que muitos acham, Juliano Moreira nunca trabalhou no local.

Antes de se chamar Juliano Moreira, o Hospital tinha o nome de Asilo São João de Deus e ficava localizado no bairro de Brotas. Nesse período, ao contrário do que o professor Moreira propunha, os doentes ainda ficavam presos e

não tinham um tratamento tão específico para a averiguação das causas dos distúrbios. Tempo depois, o Asilo começou a ser mantido por um provedor-mor e, mais tarde, a ser sustentado pela Casa da Misericórdia.

Atualmente localizada no bairro de Narandiba, a Instituição conserva as concepções do baiano JM, abolindo já há algum tempo as celas e camisas-de-força. Agora, os pacientes podem caminhar livremente pelos corredores do hospital e ainda contam com terapias ocupacionais. Segundo Elizete Gomes, que trabalha no local desde 1969, o hospital tem como missão principal oferecer assistência especializada em saúde mental, buscando fundamentalmente a humanização no tratamento dessas doenças. "Estamos na reforma psiquiátrica e com esses

novos métodos, fala-se muito sobre oficinas profissionalizantes e oficinas terapêuticas", afirma Elizete, enfermeira aposentada, que atualmente ocupa o cargo de supervisora de estagiários em psiquiatria no Hospital.

Na realidade, o professor Juliano Moreira apenas divulgava técnicas que tentavam detectar a causa das doenças, através de investigações feitas a partir de conversas com os próprios pacientes. No caso do hospital, essas técnicas também são feitas, mas o tratamento mesmo é feito a partir de prescrição de medicamentos e de estudos que tendem a detectar os distúrbios a partir de uma análise cerebral, ou seja, mais voltado para a psiquiatria.

Até mesmo os pacientes em estado crônico participam de algumas oficinas, escolhidas pelos

técnicos, que os capacitam para o convívio social e os auxiliam no tratamento das doenças mentais. Para Elizete Gomes esse tipo de tratamento é muito importante para os internos. "É, sem dúvida, um grande avanço. Quando cheguei aqui, os pacientes ficavam dentro dos 'Quartos Fortes', que mais pareciam jaulas. Recebiam a qualquer momento eletrochoque e agora podem ter aulas e oficinas", afirma a supervisora, explicando que o eletrochoque ainda é receitado por alguns médicos, apenas com autorização da direção. Porém o hospital não dispõe mais do equipamento, quando necessário, os pacientes são direcionados ao Hospital das Clínicas para receber as sessões.

Danielle Rodrigues
jornalismo@fib.br

Líderes da luta antimanicomial são contra hospitais

O Centro Docente Assistencial de Narandiba (CENA) é uma organização que luta a favor de que os tratamentos de pacientes portadores de transtornos mentais devem ser feito fora dos hospitais. Edna Amado, uma das participantes da luta antimanicomial e também Assistente Social do Hospital Juliano Moreira é quem coordena o CENA. Único na Bahia, o Centro dispõe de assistência terapêutica, de médicos, psicólogos, musicoterapeutas, e de pessoas que dão aulas de artesanato, culinária, além de outros tipos de atividades recreativas.

O CENA é formado pelo Centro de Convivência, Núcleo Hospital Dia (NUDIA), Projeto de DST/AIDS e Saúde Mental (PASME) e pelo Núcleo Lares Terapêuticos (NULAR). O primeiro trabalha com a socialização e interação dos pacientes, a partir de atividades recreativas. Já o NUDIA é um programa no qual os pacientes ficam durante o dia no Hospital, tendo tratamentos especializados, e à noite retornam para casa, mantendo o convívio familiar. No PASME há um sistema de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e um acompanhamento efetivo aos pacientes que já são portadores dessas doenças. E por fim, o NULAR, programa que visa tirar os pacientes do hospital Juliano Moreira e inseri-los novamente à sociedade.

Este Centro propõe o tratamento a partir da conversa, da análise e da aproximação dos médicos com os pacientes, assim como propunha o Professor Juliano Moreira. Segundo Edna, o CENA, também é contra as práticas nocivas aos pacientes, do mesmo jeito que Juliano Moreira rebatia sobre as condições precárias

em que os portadores de distúrbios mentais viviam, nas casas onde moravam, e nos hospitais que não tinham pessoas capacitadas para o tratar os pacientes. Os portadores de distúrbios mentais chegam ao CENA, inicialmente, trazidos por familiares ou indicados pelos próprios médicos do Juliano Moreira. Com o decorrer do tratamento, que pode durar entre 25 a 30 dias a depender do caso, eles continuam indo e voltando sozinhos. O CENA, dá alimentação e vale transporte para os pacientes, e quando alguém falta, um técnico liga ou vai até a residência da pessoa para saber o motivo da ausência.

O Centro Assistencial fica localizado ao lado do hospital Juliano Moreira. Desde que foi fundado luta contra as práticas de reclusão e também contra a maneira que os internos são tratados na instituição hospitalar. "Sou totalmente contra ao manicômio e radicalmente a favor de métodos menos agressivos de tratamento", diz a coordenadora Edna, que também trabalha no Juliano Moreira.

Segundo Edna Amaro, os pacientes do Hospital são amarrados por qualquer descontrolo que existir, e que o CENA, ao contrário, oferece às pessoas a oportunidade de serem tratados como cidadãos. "Hospital psiquiátrico é um lugar de violência, é pior do que o inferno, não é a loucura que não tem cura e sim o tratamento que não dá a possibilidade que as pessoas se curem", afirma. Para a Assistente Social, deve existir uma reforma urgentemente para acabar com os manicômios e promover a criação de outros centros de amparo aos portadores de distúrbios mentais.